

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2013. (Do Sr. Fernando Jordão)

Requer sejam convidados o Sr. Vitor Paranhos (Presidente do Consórcio Jirau, no Rio Madeira/RO, através da ESBR – Energia Sustentável do Brasil S/A), O Senhor Romeu Donizete Rufino (Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL), O Sr. Márcio Pereira Zimmermann (Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia), para prestarem esclarecimentos sobre irregularidades relacionadas ao consórcio Jirau, no que se refere aos seus contratos de fornecimento de energia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. Vitor Paranhos (Presidente do Consórcio Jirau, no Rio Madeira/RO, através da ESBR – Energia Sustentável do Brasil S/A), O Senhor Romeu Donizete Rufino (Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL), O Sr. Márcio Pereira Zimmermann (Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia), para que em audiência pública a ser agendada pela Comissão, prestem esclarecimentos sobre irregularidades relacionadas ao consórcio Jirau, no que se refere aos seus contratos de fornecimento de energia.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo publicação no Jornal Valor Econômico, de 09 de setembro de 2013, o Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção e operação da Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, está descumprindo o prazo para entrega do volume de energia estabelecido no seu contrato de fornecimento, o que acarretará no pagamento pelo consórcio uma conta extra que poderá chegar a 400 milhões de reais, pois não terá condições de entregar a energia, sua única saída é comprar a diferença no mercado livre. O Contrato exigia a abertura de 16 turbinas e até agora só abriu uma.

O consórcio ESBR, é formado pela francesa GDF Suez (40%), Mitusui (20%) e pelas empresas da estatal Eletrobrás – Eletrosul (20%) e Chesf (20%).

A expectativa é que a Aneel perdoe o atraso por conta das paralisações e conceda uma prorrogação de sete meses no cronograma da obra. Esta prorrogação já aconteceu antes no mês de maio.

Será que mais uma vez os consumidores terão que pagar a conta por ineficiência do setor? Serão em torno de R\$ 400 milhões de reais até o final do ano.

A sociedade não pode pagar mais esta conta, as empresas ficam desestimuladas a investirem pela falta energia e pelo preço desembolsado para pagar a conta. O governo em um esforço gigantesco conseguiu reduzir o valor médio da conta de luz, mas, logo a seguir, algumas operadoras conseguiram novos reajustes em suas tarifas.

Estes fatos devem ser bem esclarecidos e bem explicados para toda a sociedade.

Assim, no momento em que precisamos combater procedimentos não recomendáveis no que se relaciona com a probidade administrativa, com acusações de toda ordem e das mais variadas procedências, não é justo que deixemos passar em branco essa questão. Já não basta a malversação dos fundos públicos através de más administrações. É preciso agir, com a urgência que o caso está a exigir.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2013.

FERNANDO JORDÃO
Deputado Federal – PMDB/RJ